

Recessão é remédio?

Carlos Minc *

Parte significativa das famílias não tem geladeira, e a Brastemp despede 500 funcionários. Grande parcela da população dos campos e das favelas anda de pé no chão ou de sândália japonesa, enquanto a indústria de calçados só não despede mais porque tem a saída para o mercado externo, sobretudo o americano. A Ford fecha sua fábrica no ABC enquanto a classe média abandona de vez o sonho do carro zero quilômetro. A construção civil desacelera o ritmo de novos empreendimentos justamente quando o déficit habitacional aumenta nas grandes metrópoles. O mais incrível é que isto é de certa forma o resultado deliberado e esperado de uma política que pretendia liquidar com a inflação.

Com a queda dos Muros e a derrocada dos dogmas do planejamento autoritário, centralizado, imperativo, impermeável e inficiente, os liberalismos e neoliberalismos passam a ter um prestígio renovado; menos talvez por suas virtudes intrísecas e mais provavelmente por seu apelo ao mercado, à eficiência, às liberdades econômicas individuais e sobretudo pela derrocada dos sistemas econômicos que de forma estrutural representavam a alternativa, o contraponto aos seus valores e fundamentos filosóficos.

O irracionalismo dos *Kombinats* e da agricultura estatizada não deve justificar o irracionalismo de uma recessão produzida e que joga milhões de pessoas no desemprego, agravando todos os problemas sociais, a violência, a República do Pó, e o esgarçamento da crise moral com crescente desconfiança nas instituições democráticas.

Nas sociedades pré-capitalistas também havia crise. A grande diferença é que nestes casos as crises ocorriam quando as condições objetivas de produção estavam afetadas, quando havia alguma impossibilidade material de o processo produtivo funcionar. Exemplos históricos conhecidos de quebras do ciclo econômico nestes modos de produção foram decorrentes de guerras, da peste, de inundações, das Cruzadas.

O aspecto mais perverso e aparentemente incompreensível das crises capitalistas é que estas eclodem e se desenvolvem em ciclos de duração e intensidade variadas enquanto as bases materiais produtivas estão lá inteirinhas, aptas para funcionarem, os trabalhadores, os técnicos, os meios de transporte, as instalações, as máquinas, as matérias-primas, em sumário do que se necessita para produzir. E, no entanto, os investimentos se retraem, trabalhadores são mandados para casa, o que leva as famílias a consumirem menos e ao comércio declinar sua atividade e despedir também. Com menos encomendas as fábricas diminuem sua produção e também suas encomendas de bens de capital aos setores produtores de máquinas e equipamentos. Qual o mistério, qual o enigma que produz esta destruição parcial da economia, das forças produtivas e até de parte da força de trabalho, quando as condições materiais permitiriam o desenvolvimento até ampliado da economia?

O problema básico, estrutural sempre é o da demanda efetiva, ou seja, o poder de compra da sociedade capaz de realizar no mercado o valor contido nos milhares de objetos, mercadorias que foram produzidas e necessitam ser vendidas para pagarem seus custos, incluindo fornecedores e salários, remunerarem capitais a taxas aceitas pelos investidores e propiciarem fundos para novos investimentos e novas produções.

Na Itália o salário mínimo é de um milhão e meio de cruzeiros e o Fiat mais barato custa 15 milhões de cruzeiros, ou seja, 10 salários mínimos. No Brasil o salário mínimo é pouco menos do 100 mil cruzeiros e o carro mais barato também custa cerca de 15 milhões, ou seja, 150 salários mínimos. A produtividade mais elevada na Itália não explica toda esta diferença, mas apenas cerca de 30% deste diferencial. Os outros fatores que explicam esta tremenda defasagem, que atrofia o nosso mercado e leva à recessão, são a maior justiça social na repartição da renda e sobretudo taxas de lucro menores, custos financeiros mais baixos e menos custos de intermediação, corrupção, e favorecimento.

Nossos contatos recentes com sindicalistas em Milão nos revelaram o amadurecimento histórico e político da classe trabalhadora italiana. Eles são capazes de negociar em conjunto a redução da poluição nos locais de trabalho, a robotização nos setores mais insalubres e impactantes na saúde do trabalhador com manutenção dos postos de trabalho, e em troca, reduções mais graduais na jornada de trabalho, ganhos mais escalonados por produtividade e investimentos das empresas e bancos do norte desenvolvido no sul da Itália, de forma a diminuir o êxodo para as cidades industrializadas do norte e desta forma preservar os salários do desgaste derivado do excedente de braços trazidos pelo fluxo migratório. Este quadro, inimaginável da nossa realidade, mostra também um empresariado com capacidade de negociação social autônoma, que não vive em função de licitações armadas, de matas institucionalizadas, de aumentos diáários independente de vendas de favorecimentos escandalosos, e sobretudo de uma incapacidade estrutural de aceitar uma repartição de rendas mais igualitárias que não afete as maiores taxas de lucro do planeta.

Enquanto os EUA, a Europa e o Japão têm há décadas políticas de redução real, sistemática e sustentada do preço dos alimentos básicos, de forma a liberar parcelas crescentes dos salários para a compra de bens de consumo duráveis e estimular o desenvolvimento industrial, no Brasil, ao contrário, nos últimos 15 anos o valor real da cesta básica subiu 60% acima da inflação, alijando do mercado parcelas crescentes da população. Como a recessão se aprofunda e não dá sinais de sossegar e a inflação não cede, se queremos mesmo caminhar para o Primeiro Mundo, não será hora de parar para pensar se a recessão induzida e programada é o nosso melhor remédio? Ou será apenas um paliativo para manter as bases desiguais, estreitas e frágeis de um crescimento perverso e excluente?